



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DESPACHO

RESPOSTA À PEDIDO ESCLARECIMENTO AO EDITAL

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0033.433477/2018-28

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2019/CEL/SUPEL/RO.

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação/GAF/SEJUS, de acordo com o memorando nº 105/2018/SEJUS-NUALI e seus anexos.

I. DAS PRELIMINARES:

Esclarecimento interposto tempestivamente pela empresa XXXXXXXXXX (7534869), com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

II. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

A empresa pede esclarecimento especificamente a itens do Edital.

1. "Não seria necessária a correção do período especificado no item 2.2.1 para que se adeque ao mesmo período informado no item 6.2 do Edital?"

R= Visto que se trata de mero equívoco quando da atualização do Edital, esta CEL retifica os termos do item 2.2.1, adequando este ao disposto no item 6.2 do Termo de Referência. O qual passa a constar a seguinte redação:

"2.2.1 As quantidades estimadas foram calculadas através da identificação da média de consumo no período de JULHO/2018 a JUNHO/2019 conforme planilha anual 7126338, e arredondamento das casas decimais para mais ou menos."

Insta salientar que tal alteração não interfere na formulação das propostas de preços apresentadas.

2. "Haverá a exclusão do item 2.4.3, uma vez que referida penitenciária não se encontra mais no objeto licitado, bem como o mesmo altera na confecção da proposta, uma vez que aumenta a quantidade de pontos de entrega do objeto?"

R: Verifica-se que o Termo de Referência foi atualizado pela unidade gestora, no qual houve a supressão da Penitenciária Estadual Ênio dos Santos Pinheiro, conforme motivos expostos na Justificativa da contratação (item 4 do TR) e reformulação dos lotes apresentados na Especificação do Objeto e na SAMS juntada aos autos.

Contudo, o item 2.4 do Edital permaneceu com redação anterior à referida atualização, todavia, tal lapso não deve ser considerado fator apto a causar interferência na formulação das propostas, visto que tanto o TR quanto a SAMS e o quadro comparativo de preços, os quais compõem o

Edital de Licitação e balizam a formulação das propostas, trouxeram a previsão dos locais devidamente atualizados.

Além disto, vale ressaltar que os locais de entrega dispostos no item 2.4 do Edital correspondem aos estabelecimentos prisionais que compõem os Lotes, desta feita, com a supressão da Penitenciária Estadual Ênio dos Santos Pinheiro, como registrado acima, não há que se falar em interferência na formulação das proposta, visto que a simples menção dela no item 2.4 se tornou inócua.

Assim, esta CEL procederá aos ajustes no item 2.4 do Edital, apenas com a finalidade de guardar relação com o TR, SAMS e Quadro comparativo de Preços, salientando-se que tal alteração não interferirá na formulação das propostas pelos motivos acima mencionados.

3. "O item 11.4.5, letra "a" é leviano ao solicitar o Balanço Patrimonial, visto que não informa quais os critérios para aceitação do mesmo, o qual deve ser "na forma da lei"".

R: Quanto à exigência do balanço-patrimonial para fins de qualificação econômica-financeira da forma como se apresenta no item 11.4.5 do Edital, assunto já exaustivamente debatido nos autos do processo em epígrafe, esta CEL/SUPEL tem a informar que o referido item se encontra devidamente fundamentado de acordo a legislação aplicável e ainda em conformidade com o que estabelece a Decisão 0121/2019-GCBAA do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Desta feita, o presente questionamento se mostra meramente repetitivo, visto que já foi objeto de análise por esta Comissão e também pela Corte de Contas, neste mesmo certame, em ocasiões pretéritas, razão pela qual não merecem prosperar os argumentos aqui levantados.

4. "..Uma vez exigido na forma da lei, será solicitado em atendimento ao trecho constante no item 11.4.5, letra "a" a seguinte documentação?..."

R: Conforme regra editalícia será, a peça contábil exigida para ser apresentada a fim de ser aferida a qualificação econômico-financeira, se resume ao Balanço Patrimonial, referente ao último exercício financeiro. O Balanço Patrimonial deverá ser revestido das seguintes formalidades:

1 - Deverá ser assinado pelo contabilista e o pelos administradores, conforme pressupõe os artigos 1.182 e § 2º 1.184 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil) e paragrafo 4º do artigo 177 - Lei 6404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

2 - No caso de Sociedade Empresária, deverá ter seu registro feito em Junta Comercial (Registro Público de Empresa Mercantis), - Art. 1.181 e Art. 1.150 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil).

3 - No caso de Sociedade Comum, deverá ter seu registro feito no Registro de Civil de Pessoas Jurídicas conforme art. 1.150 da Lei 10.406/2002.

4 - Caso a Balanço Patrimonial tenha sido confeccionado por meio de Sped Contábil, a prova de autenticidade dar-se-á por meio do recibo de entrega da demonstrativo.

5. "O que se entende por "valor inicial" e "oferta inicial"? Será o valor da proposta, antes da fase de lances?"

R: Os termos **"valor inicial"** e **"oferta inicial"** se referem ao melhor valor ofertado após o encerramento da etapa de lances.

Respondidas as indagações apresentadas, destaca-se que, salvo a retificação dos itens 2.2.1 e 2.4.3 do instrumento convocatório, as alegações são desprovidas de fundamento apto a ensejar alterações no instrumento convocatório.

Por derradeiro, colocamo-nos à disposição através do e-mail: **celsupelro@gmail.com** e o ramal: **3212-9269**.

Atenciosamente.

IAN BARROS MOLLMANN

Pregoeiro - CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Ian Barros Mollmann, Pregoeiro(a)**, em 28/08/2019, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7535047** e o código CRC **CC21B1A8**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0033.433477/2018-28

SEI nº 7535047